



Receba notícias grátis no seu WhatsApp. Salve nosso número em seus contatos e mande: 'Quero Notícias!'

# Tribuna

UM JORNAL COM A CARA DE RIBEIRÃO

Diretores: Eduardo Ferrari Batista de Santana e Francisco Jorge Rosa Filho

**classificados**

- 381 Empregos e Estágios
- 147 Imóveis
- 39 Diversos

ISSN 1809-7081 06438 >  
97718091708022

QUARTA E QUINTA-FEIRA, 12 E 13 DE OUTUBRO DE 2022 – ANO XXVII – EDIÇÃO 6438 – R\$ 4,00 [tribunaribeirao.com.br](http://tribunaribeirao.com.br)

## Conppac e PM barram demolição

O Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural barrou, nesta terça-feira (11),

a demolição de casas das colônias Milanesa e Napolitana, no campus da Universida-

de de São Paulo de Ribeirão Preto. A suspensão ocorreu porque o presidente do ór-

gão, Lucas Gabriel Pereira, acionou a Polícia Militar. Seguindo ele, três imóveis foram

demolidos e outros quatro, embargados. A USP obteve autorização do Conselho de

Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado. **Página B3**

FOTOS: ALFREDO RISK

Geral



### Vândalos picham obras de Vaccarini

O Parque Ecológico Maurílio Biagi, que há um ano recebeu uma das melhores pistas públicas de skate do Brasil, vem sofrendo com a ação de vândalos. Até mesmo as esculturas do artista plástico Bassano Vaccarini (1914-2002), espalhadas pelo local, foram alvo dos pichadores. A área da lanchonete e a dos banheiros também apareceram pichadas. **Página A5**



### Etanol já custa quase R\$ 3,60

Nesta terça-feira (11), o litro do etanol já era vendido a R\$ 3,59 nos postos bandeirados de Ribeirão Preto, alta de 2,86% e acréscimo de R\$ 0,10. Nos sem-bandeira, passou de R\$ 3,19 para R\$ 3,29, também aporte de R\$ 0,10, aumento de 3,13%. **Página B4**

### Romaria volta após três anos

Após três anos de ausência, Ribeirão Preto recebe nesta quarta-feira, 12 de outubro, a 51ª Romaria de Nossa Senhora Aparecida – Padroeira do Brasil com a expectativa de atrair 50 mil devotos, mesmo público da edição de 2019, a última realizada na cidade. Padre diz que são 52 edições em 51 anos. **Página A6**

#### COMUNICADO TRIBUNA

Em razão do feriado de 12 de outubro (Dia de Nossa Senhora Aparecida), o Tribuna circula com uma edição única para hoje (12) e amanhã (13). Nossa próxima edição sairá na sexta-feira (14).

A Direção

### Empresário pode ter sido alvo de agiotas

Dívidas com agiotas podem ter sido a causa da morte do empresário Luiz Cláudio Mazuca Filho, de 35 anos, executado na noite de 29 de setembro quando saía de uma academia de musculação na Zona Sul de Ribeirão Preto. Essa é a linha predominante na investigação do crime. **Página A4**

### Setembro registra deflação de 0,29%

A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo fechou setembro com queda de 0,29%, a deflação mais intensa para o mês desde o início da série histórica, em janeiro de 1980. A taxa em doze meses é de 7,17%. O acumulado no ano é de 4,09%. **Página B4**

### Preços têm leve alta nos supermercados

O Índice de Preços dos Supermercados (IPS) subiu 0,03% em setembro, ante alta de 1,53% no mesmo período de 2021. Acumula avanço de 16,62% nos últimos doze meses e de 14,09% no acumulado deste ano. Frutas e tubérculos pressionaram a inflação. **Página B4**

### Comercial confirma o retorno de Pinho

Pinho está oficialmente de volta ao Comercial. O lendário treinador vai compor a comissão técnica do Leão do Norte na Série A2 do Paulista de 2023. Será um dos auxiliares de Gustavo Marciano. Vão reeditar a dobradinha que deu certo nos acessos de 2018 e 2022. **Página B1**

Geral



### Basilica espera por 200 mil fiéis

A Basílica de Aparecida, no Vale do Paraíba, espera receber cerca de 200 mil devotos de Nossa Senhora nas sete missas desta quarta-feira, 12 de outubro. A capacidade total do santuário é de 35 mil pessoas por celebração. A cidade paulista é o principal destino para os fiéis católicos durante o período das festividades da padroeira. **Página A6**

ALFREDO RISK

### Ataque à Ucrânia causa 19 mortes

O bombardeio russo em larga escala que atingiu a Ucrânia na segunda-feira (10) deixou ao menos 19 mortos e 105 feridos. O Grupo dos Sete (G-7) prometeu apoio "firme e implacável" pelo tempo "que for necessário" aos ucranianos enquanto a Rússia continuar atacando o país. **Página A5**



GLEB GARANICH/REUTERS

Leia também nesta edição

Zoo de RP vai abrir no feriado

Página A6

Repasse de ICMS a RP cresce 7,27%

Página A3

Projeto prevê fundo de moradia popular

Página B3

QUER RECEBER NOTÍCIAS GRATUITAMENTE NO SEU WHATSAPP?

CADASTRE O WHATS DO TRIBUNA RIBEIRÃO

(16) 98161-8743

nos seus contatos e mande a mensagem: **Quero Notícias!**

Ribeirão | Jornal Tribuna  
Ribeirão

[http://www.tribunari](http://www.tribunaribeirao.com.br)

[beirao.com.br/](http://www.tribunaribeirao.com.br/)

[site/alckmin-](http://www.tribunaribeirao.com.br/site/alckmin-)

# Política

Colônia na USP

## Conppac impede demolição de casas

Tombamento provisório de casas foi feito em reunião do Conppac realizada na segunda-feira (10): quatro moradias haviam sido demolidas sem autorização

O Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural (Conppac) barrou nesta terça-feira, 11 de outubro, a demolição de casas das colônias Milanese e Napolitana, localizadas dentro do campus da Universidade de São Paulo (USP) de Ribeirão Preto. A suspensão ocorreu porque o presidente do órgão, o advogado Lucas Gabriel Pereira, acionou a Polícia Militar.

Segundo ele, três casas foram demolidas e outras quatro foram embargadas. A USP havia conseguido, junto ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat), órgão subordinado à Secretaria da Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, autorização para a demolição por meio de processo impetrado em 2021.

Entretanto, no despacho do colegiado, datado de 26 de



Imagem de arquivo do fotógrafo Alfredo Risk mostra o conjunto de casas dos colonos no campus Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo

julho de 2021, consta a observação que “a autorização dada não isenta o interessado, no caso a USP, de obter autorização do projeto nos demais órgãos competentes”. Segundo o presidente do Conppac, a au-

torização não foi solicitada ao órgão municipal, por isso considera a demolição irregular.

A demolição estava sendo realizada pela Beuvali Construtora e Projetos de Engenharia Eireli, que venceu a

licitação publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) de 15 de setembro. No extrato do contrato nº 05/2022, a USP – Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto – contratou a empresa por R\$ 93.097 para a

demolição de casas no campus.

Até o fechamento desta reportagem, a Universidade de São Paulo não havia respondido os questionamentos feitos pelo Tribuna. “A colônia napolitana está protegida no ‘in-

ventário de bens’ de Ribeirão Preto. O tombamento aberto neste momento irá elencar detalhadamente, maiores informações e detalhes para fins de proteção dos imóveis”, afirma o presidente do Conppac.



DEFLAÇÃO

A queda de 0,29% registrada pelo IPCA em setembro foi a deflação mais intensa para o mês desde o início da série histórica, em janeiro de 1980. **Página B4**

DIVULGAÇÃO

DIVULGAÇÃO/CONPPAC



Conppac barrou nesta terça-feira a destruição de casas das colônias Milanese e Napolitana, na USP, mas três unidades foram demolidas

## Conppac tomba outros imóveis

Em reunião do colegiado realizada na segunda-feira, 10 de outubro, o Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural (Conppac) tombou provisoriamente, além das colônias existentes na Universidade de São Paulo, os casarões dos museus Histórico e de Ordem Geral Plínio Travassos dos Santos e do Café Coronel Francisco Schmidt, no chamado “Complexo dos Museus”, no campus da USP.

O tombamento dos museus ocorre porque os imóveis só eram tombados pelo estado, por meio do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat). Na reunião também foi tombado o prédio do Sesc Ribeirão Preto e o painel mural do artista Irênio Maia do local, situados na rua Tibiriçá nº 50, no Centro.

Também tombou uma residência localizada na rua Comandante Marcondes Salgado nº 1.857, no Jardim Sumaré, Zona Sul de Ribeirão Preto, de propriedade de Maria Clotilde Rossetti Ferreira e do cientista Sérgio Henrique Ferreira (1934-2016), professores do campus local da Universidade de São Paulo (USP).

O imóvel é conhecido como Residência Clotilde e Sérgio Ferreira. O Conppac justificou a necessidade do tombamento do prédio do Sesc por constituir importante referencial cultural e esportivo da cidade, recebendo um significativo fluxo de usuários. O edifício foi inaugurado em 1956.

Em relação à Residência Clotilde e Sérgio Ferreira, o conselho diz que o imóvel construído entre os anos de

1968 e 1970 foi uma das primeiras edificações de Ribeirão Preto a apresentar características do que alguns críticos e historiadores chamam de “arquitetura brutalista”.

O imóvel preservou seus atributos originais ao longo de 50 anos e é reconhecido pelos estudiosos como importante exemplo a ser preservado. Todos os imóveis terão o processo de tombamento provisório e os documentos sobre cada um deles analisados pelo Conselho para posterior tombamento definitivo.

Os proprietários também poderão recorrer destes tombamentos, mas neste momento os imóveis não poderão receber nenhuma obra ou alteração arquitetônica que o caracterize sob pena de prática de crime de desobediência.

### Transparência

No dia 31 de março deste ano, a Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto (Acirp) solicitou que o Ministério Público de São Paulo (MPSP) intercedesse para dar transparência no andamento dos processos de tombamento e na recuperação das edificações da cidade.

Na época, o presidente da Acirp, Dorival Balbino, apresentou um levantamento feito pela entidade sobre os imóveis tombados e a política de tombamento. O estudo indicou o aumento de 550% na quantidade de imóveis tombados ou em processo de tombamento no último triênio em comparação à média dos últimos 37 anos.

O relatório analisou todos os 244 patrimônios imóveis tombados em Ribeirão Preto

que constam em uma planilha enviada pelo Conppac. Destes, 34% se localizam no quadrilátero central. Deste total, 36% estão em condições consideradas ruins ou regulares.

De 51 imóveis tombados na região que constam na relação do Conppac, 33 pertencem à iniciativa privada e 18 são bens públicos. Em toda a cidade, apenas 20% dos 244 patrimônios têm seu tombamento definitivo, o restante segue com seus processos ainda em andamento, de acordo com a Acirp.

Recentemente, o presidente do Conppac, Lucas Gabriel Pereira, afirmou, em audiência da Comissão Permanente de Esporte, Cultura e Turismo da Câmara, que o relatório não foi encaminhado ao conselho, ficando prejudicado qualquer parecer da análise realizada pela Acirp.

Procurada pelo Tribuna, a associação diz que ainda aguarda agendamento, pelo Ministério Público, de uma nova reunião.

Para Lucas Gabriel Pereira é preciso pensar a preservação dos imóveis tombados com responsabilidade social. Segundo ele, em entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) a responsabilidade pela zeladoria dos imóveis sob proteção cultural é do poder municipal quando o particular for omissivo com suas obrigações.

Ele destaca ainda, que é preciso um diálogo intransigente entre as instâncias municipais, como o Conselho do Patrimônio Cultural, a saúde e a fiscalização, entre outros. Para tanto, é preciso reforçar os quadros técnicos de servidores públicos de carreira que, em Ribeirão Preto, está defasado há anos.

## Projeto cria fundo de moradia popular



Ribeirão Preto tem cerca de 5.646 unidades habitacionais localizadas em assentamentos precários e irregulares: são 16.930 moradores

A prefeitura de Ribeirão Preto pretende criar o Fundo de Incentivo à Construção de Moradia Popular com o objetivo de dar apoio e suporte financeiro à execução dos programas habitacionais de interesse social. Projeto de lei complementar do Executivo foi encaminhado à Câmara de Vereadores na semana passada.

A proposta estima atender especialmente a população de renda familiar de zero a três salários mínimos (até R\$ 3.636) ocupantes de núcleos urbanos informais em áreas degradadas e de risco no município de Ribeirão Preto. A proposta estabelece que os recursos do fundo virão de dotações orçamentárias ou subvenções previstas no orçamento da prefeitura.

Inclusive as oriundas de transferências do Estado e da União. Também prevê receitas

de convênios, acordos e receitas advindas da venda de imóveis que tenham sido destinados à formação do fundo. Estão previstos ainda, recursos de contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado.

Os recursos do fundo serão depositados mensalmente em conta bancária especial sendo vedada a sua transferência para outras finalidades, diz o projeto da prefeitura de Ribeirão Preto. Antes de ser levada a plenário, a proposta deve receber parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Câmara.

Segundo dados do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PLHIS), atualizado em 2019 e aprovado pela lei complementar municipal nº 3.052/2020, Ribeirão Preto possui aproximadamen-

te 5.646 unidades habitacionais – com uma população estimada em 16.930 pessoas – localizadas em assentamentos precários e irregulares.

Parte destas moradias pode ser urbanizada, outras precisam ser removidas. “A municipalidade não pode ficar inerte diante dessa situação, até porque moradia é direito social insculpido no artigo 6º da Constituição Federal de 1988 e competência dos municípios legislar sobre assuntos de interesse local”, diz parte da justificativa.

Ressalta ainda que é dever da prefeitura “promover, no que couber, adequado ordenamento territorial mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano”, diz o governo municipal em trecho da justificativa anexada ao projeto, ainda sem data para ser votado.

### Vale-transporte

## Vereador cobra valor de créditos

O vereador Marcos Papa (Podemos) cobra da prefeitura de Ribeirão Preto o valor atualizado dos créditos de vale-transporte não utilizados pelos usuários dos 352 ônibus de 119 linhas na cidade operadas pelo Consórcio PróUrbano – grupo concessionário do transporte coletivo urbano municipal, formado por Rápido D’Oeste (50%) e Transcorp (50%).

Requerimento cobrando essas informações foi aprovado pela Câmara de Vereadores na sessão desta terça-feira, 11 de outubro. No ano passado, segundo a prefeitura de Ribeirão Preto informou na época ao parlamentar, o valor era de R\$ 40 milhões. O Executivo tem 15 dias leis para responder ao questionamento.

O destino desses recursos é uma discussão antiga na cidade. Em 2019, a Câmara aprovou decreto legislativo apresentado pelo então vereador Nelson Stefanelli, o “Nelson das Placas” (PDT), estabelecendo que o Consórcio PróUrbano fizesse a devolução em dinheiro aos usuários com créditos monetários não utilizados no Cartão Nosso.

Na época, o levantamento indicava que o montante chegava a R\$ 21 milhões. A proposta sustava os efeitos do parágrafo segundo do artigo 37, do decreto executivo nº 319, sancionado pela então prefeita Darcy Vera (sem partido). Publicado no Diário Oficial do Município

(DOM) de 22 de novembro de 2012. O decreto regulamentou o sistema de transporte coletivo de passageiros em Ribeirão Preto e proibiu a devolução.

No decreto legislativo, “Nelson das Placas” argumentava que, ao proibir a devolução, a administração municipal desrespeitou o princípio da vedação ao enriquecimento sem causa, por proibir a devolução a quem tem direito a estes valores.

Na época, o então vereador disse ainda que não existia nenhuma lei ou decisão judicial impedindo a devolução, em dinheiro, dos valores não utilizados. Apesar de aprovado, o decreto não gerou nenhum efeito jurídico em favor dos usuários do transporte coletivo.

Atualmente, quando um usuário do transporte coletivo urbano de Ribeirão Preto adiciona créditos em um cartão para pagar as suas viagens, e não utiliza a totalidade desses créditos, os valores desta sobra não são reembolsados, não podem

ser utilizados por outros passageiros e nem doados.

### Tarifa cara

Em 16 de fevereiro, o valor da passagem de ônibus foi reajustado em 19%. A tarifa do transporte coletivo urbano saltou de R\$ 4,20 para R\$ 5,00, acréscimo de R\$ 0,80, mas um relatório sobre o equilíbrio econômico financeiro diz que deveria custar entre R\$ 5,77 e R\$ 7,02 para evitar o crescimento do déficit do setor.

O aumento ficaria entre 15,40% (aporte de R\$ 0,77) e 40,4% (acrécimo de R\$ 2,02). Em dez anos, desde maio de 2012, quando o contrato de concessão foi assinado, o Consórcio PróUrbano acumula prejuízo de aproximadamente R\$ 60,5 milhões. Em Ribeirão Preto, o custo real de um passageiro seria de R\$ 7,65. Além disso, os investimentos e gastos com os ônibus da frota ribeirão-pretana superaram 200%, enquanto a tarifa subiu 172%.

ALFREDO RISK



Em 16 de fevereiro, o valor da passagem de ônibus foi reajustado em 19%: tarifa do transporte coletivo urbano saltou de R\$ 4,20 para R\$ 5,00